

BALTASAR DO COUTO CARDOSO: TRANSGENERIDADES GUERREIRAS NO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

Baltasar do Couto Cardoso: Transgender Warriors in the Portuguese Colonial Empire

DOI: 10.14393/LL63-v38-2022-01

Helder Thiago Maia*

RESUMO: Neste artigo, após breve apresentação sobre os estudos literários em torno das “donzelas-guerreiras”, e sobre o lugar ocupado por Baltasar do Couto Cardoso/Maria Úrsula de Abreu e Lencastro (1682-1730) dentro dessa perspectiva crítica, examinamos os primeiros textos históricos portugueses, brasileiros e luso-goeses a narrarem a sua vida, com especial interesse às repetições e rupturas entre essas narrativas. Foram lidos e discutidos dezessete textos publicados entre 1718 e 1928. Por fim, analisamos, em diálogo com os documentos históricos, *A Senhora de Pangim* (1932), de Gustavo Barroso, único romance a narrar a personagem histórica de Baltasar/Maria Úrsula.

PALAVRAS-CHAVE: Donzelas-guerreiras. Transgeneridades guerreiras. Baltasar do Couto Cardoso. Maria Úrsula de Abreu e Lencastro. Gustavo Barroso.

ABSTRACT: In this article, after a brief introduction to the literary studies around “*donzelas-guerreiras*” and the place occupied by Baltasar do Couto Cardoso/Maria Úrsula de Abreu e Lencastro (1682-1730) within this critical perspective, we examine the first Portuguese, Brazilian and Portuguese-Goan historical texts to narrate the author’s life, with special interest in the repetitions and ruptures between these narratives. Having read and discussed seventeen texts published between 1718 and 1928, we analyze, in dialogue with the historical documents, *A Senhora de Pangim* (1932) by Gustavo Barroso, the only novel to narrate the historical character Baltasar/Maria Ursula.

KEYWORDS: Donzelas-guerreiras. Transgender warriors. Baltasar do Couto Cardoso. Maria Úrsula de Abreu e Lencastro. Gustavo Barroso.

* Doutor em Literatura Comparada (UFF, 2018), pós-doutorando com bolsa FAPESP n. 2018/19521-4, na Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8196-3199>. e-mail: [helderthiagomaia\(AT\)usp.br](mailto:helderthiagomaia(AT)usp.br)

1 Introdução

A donzela-guerreira é um paradigma literário mundial que tem servido como base, padrão e modelo tanto para a criação quanto para a crítica literária. Como argumenta Valdeci Oliveira (2001, p. 133), este “motivo literário” possui um enredo com forte coesão interna e um *ethos* específico, o que tem permitido não só que a personagem faça constantes reaparições na literatura, mas que também seja facilmente reconhecível pela crítica literária. Nesse sentido, estamos falando tanto da balada chinesa *Mulan*, do século VII, quanto do romance ibérico *Da donzela que vai à guerra*, do século XII, e de novelas, poemas e textos dramáticos que vêm sendo publicadas na Europa, desde o século XV. No Brasil, essas personagens aparecem com grande frequência na literatura oral, ainda que a personagem mais conhecida seja Diadorim, da obra *Grande Sertão: Veredas* (1956), de Guimarães Rosa¹.

De forma geral, podemos resumir o paradigma da donzela-guerreira em duas características fundamentais: o trânsito de gênero e o ir à guerra. Na primeira, uma personagem que é definida em seu nascimento como mulher, passa a viver e ser reconhecida socialmente como homem, na segunda a personagem vai à guerra onde luta como soldado. Outras características que aparecem com grande frequência, mas que podem sofrer variações, são: a vida e o reconhecimento social como homem geralmente é longo; há a utilização de nomes masculinos para a nova identidade; as outras personagens em geral desconhecem o trânsito de gênero; a descoberta do trânsito de gênero é um ponto importante da narrativa; a personagem é reconhecida pela bravura e ascende militarmente; sexualmente é virgem ou assexuada, o que serve para demonstrar que a “transgressão” de gênero não implica uma transgressão sexual; na guerra é ferida ou se envolve afetivamente com algum soldado, o que leva à descoberta do trânsito; após o fim da guerra algumas passam a viver como mulheres, enquanto outras seguem vivendo como homens.

Apesar dessas características serem bastante específicas, acreditamos, no entanto, que há um uso bastante exagerado do paradigma das donzelas-guerreiras por parte da crítica literária brasileira, que muitas vezes tem tomado o “trânsito de gênero” e o “ir à guerra” de modo metafórico. Ao contrário dessa perspectiva, seguindo a Oliveira (2001, p. 125),

¹ Para um estudo mais detalhado dessas primeiras fontes literárias, consultar Maia (2018).

acreditamos que as donzelas-guerreiras devem ser distinguidas de outras personagens que também rompem normatividades de gênero e sexualidade, sob o risco de perdermos a potência que as donzelas-guerreiras possuem de borrar e ultrapassar essas normatividades.

Acreditamos que o uso alargado do conceito tem homogeneizado a leitura dessas personagens, que são quase sempre entendidas como mulheres cisgêneras, ao mesmo tempo em que tem considerado o trânsito de gênero, assim como suas masculinidades, como algo menor, incompleto e/ou patológico, reafirmando, dessa forma, a biologia como destino². Por isso, o “trânsito de gênero” e o “ir à guerra” não devem ser entendidos como metafóricos. Como argumenta Oliveira (2001, p. 126), se fossemos recorrer ao comportamento fora dos estereótipos da feminilidade como um elemento definidor da donzela-guerreira, terminaríamos por caracterizar como donzelas-guerreiras a maior parte das heroínas dos romances brasileiros.

Por conta disso, a partir da análise dessa ampla (e exagerada) constelação literária do que a crítica brasileira tem entendido e definido como donzela-guerreira, podemos dizer que há pelo menos quatro expressões de gênero significativamente distintas que merecem ser assinaladas. Há as “mulheres masculinas”, que são personagens que não foram à guerra e nem viveram como homens, como *Luzia-Homem* (1903), de Domingos Olímpio; há as “mulheres guerreiras”, que são personagens que não viveram como homens, mas foram à guerra, como as narrativas em torno de Anita Garibaldi; há as “donzelas-guerreiras”, que são personagens que foram à guerra e que viveram como homens unicamente durante a guerra, como no romanceiro ibérico; e há as “transgeneridades guerreiras”, que são personagens que foram à guerra e que viveram sempre que possível como homens, como *Diadorim* (ROSA, 1956).

Nesse sentido, o trânsito de gênero não é uma característica nem das “mulheres masculinas” nem das “mulheres guerreiras”, enquanto para as “donzelas-guerreiras” é uma prática circunstancial e relativa à guerra, e para as “transgeneridades guerreiras” parece revelar mais uma compreensão de si do que algo circunstancial, uma vez que é vivido e experimentado sempre que possível, desejado e para além da guerra. Essa proposta de leitura repartida em quatro personagens paradigmáticas considera portanto que o trânsito de gênero é não só um

² Para uma leitura mais específica sobre como a crítica literária brasileira tem desconsiderado o trânsito de gênero, apelando inclusive para uma perspectiva psiquiatrizante das donzelas-guerreiras, consultar Maia (2018).

elemento significativo dessas personagens, como é também um dispositivo de leitura que visa pensar as diferenças dentro do que se tem entendido tradicionalmente como donzelas-guerreiras, mas principalmente analisar as diferenças dentro de cada uma dessas expressões de gênero, o que não tem sido possível quando a crítica literária tem resumido essas diferenças ao paradigma das donzelas-guerreiras, que tem se mostrado uma chave de leitura cisnormativa, uma vez que tem lido todo trânsito de gênero como castração e inveja do falo.

Isto posto, o objetivo desse artigo é analisar narrativas históricas e literárias em torno de Baltasar do Couto Cardoso/Maria Úrsula de Abreu e Lencastro³, que tem sido apontado como uma das mais importantes “donzelas-guerreiras” brasileiras. Além disso, estamos interessados também em analisar a personagem a partir das quatro expressões de gênero elencadas anteriormente. Para isso, analisaremos as primeiras referências históricas⁴, portuguesas, brasileiras e luso-goesas, encontradas, a narrarem a sua vida, o que corresponde a dezessete textos publicados entre 1718 e 1928, além disso, analisaremos também o romance *A Senhora de Pangim* (1932), de Gustavo Barroso.

É importante esclarecer que a personagem não é apenas literária, uma vez que se trata de uma pessoa real, que no seu nascimento, no Rio de Janeiro, em 1682, recebeu o nome de Maria Úrsula de Abreu e Lencastro, e que aos dezoito anos se alistou em Lisboa como Baltasar do Couto Cardoso, tendo servido ao exército colonial português, em Portugal e na Índia Portuguesa, primeiro como soldado e depois como cabo, durante quase quatorze anos. De acordo com algumas fontes, Baltasar/Maria Úrsula morreu por volta de 1730, casada com Afonso Teixeira Arrais de Melo, após ganhar o reconhecimento do Império Português pelos serviços prestados, sem nunca ter abandonado as roupas masculinas e a espada.

Apesar de termos localizado trinta e dois textos históricos, em diferentes gêneros textuais, consideramos para essa análise somente aqueles que são anteriores à publicação do romance de Barroso (1932), uma vez que estamos interessados em analisar as continuidades e rupturas operadas pelo texto literário no discurso histórico sobre Baltasar/Maria Úrsula. Nesse

³ Os nomes Baltasar do Couto Cardoso e Maria Ursula de Abreu e Lencastro são grafados de diferentes formas, assim como também a toponímia goesa, optamos ao longo deste artigo por usar o nome e a grafia indicada pelo texto com o qual estamos dialogando. Por conta disso, haverá pequenas variações ao nomearmos a personagem, assim como ao falarmos de algumas localidades da Índia portuguesa.

⁴ Estamos entendendo como relatos históricos todas as narrativas que se preocupam em apresentar uma versão “verdadeira” sobre a personagem.

sentido, é importante dizer também que, do ponto de vista literário, o texto de Barroso é o único romance sobre a personagem, além de duas revistas em quadrinhos que narram as suas aventuras⁵.

As fontes históricas sobre Baltasar/Maria Úrsula já foram alvo de grande controvérsia entre o escritor português Alfredo Pimenta (1942) e o escritor brasileiro Gustavo Barroso (1932). Pimenta (1942, p. 9) argumenta, por exemplo, que as fontes utilizadas para o romance histórico de Barroso são frágeis, e, por isso, a obra não só teria imprecisões históricas importantes, como também seria improvável que Maria Úrsula tivesse vivido como Balthasar por tão longo tempo. Pimenta (1942, p. 2) afirma também que a primeira fonte impressa conhecida seria a obra do português Froes Perim (1740), muito anterior às fontes brasileiras citadas por Barroso (1932), que são os textos de José Alexandre Teixeira de Mello (1881) e do Barão de Rio Branco (1891).

Ainda que Barroso afirme que a obra é um romance e não uma biografia, o fato dele também afirmar ter copiado documentos sobre “Maria Úrsula” em arquivos portugueses, que utilizará para “um estudo especial, não mais literário e sim absolutamente histórico” (BARROSO, 1940, p. 9), faz com que Pimenta (1942, p. 9) o desafie a mostrar esses textos, sob pena de considerar o romance sobre Baltasar/Maria Úrsula como completamente inverossímil do ponto de vista histórico, “uma pitoresca história da carochinha”.

Nos próximos dois pontos, portanto, sem pretender responder diretamente às provocações de Pimenta (1942), que inclusive considera o trânsito de gênero como uma impossibilidade, uma vez que características corporais “denunciariam a falsária a qualquer momento” (COSTA, 2016, p. 10), apresentamos e analisamos tanto uma fonte anterior àquela considerada como pioneira por Pimenta (1942), como também apresentamos e analisamos um conjunto significativo de relatos não listados nem por Pimenta (1942) nem por Barroso (1932).

⁵ Os textos históricos publicados após à obra de Barroso são objeto de análise de outro artigo, juntamente com as duas revistas em quadrinhos, a primeira delas publicada no Brasil, em 1956, na *Edição Maravilhosa*, n. 116, a segunda publicada no México, em 1965, em *Mujeres Célebres*, n. 57.

2 As primeiras fontes históricas: Portugal e Goa

Em 24 de março de 1718, o jornal português *Gazeta de Lisboa* publicou uma pequena nota sobre Baltazar do Couto Cardozo/Dona Maria Úrsula de Abreu & Lencastro, sem autoria (Ver Imagem 1). Esse é um texto de grande importância histórica para a personagem, não só porque é o relato mais antigo até agora localizado, mas principalmente porque se trata de texto publicado com a personagem ainda viva, afinal, a nota foi publicada apenas quatro anos depois dela ter deixado de viver como soldado e doze anos antes da possível data de sua morte. Além disso, essa nota servirá como base para todas as outras referências históricas, tanto do ponto de vista de seu conteúdo quanto pelo seu formato.

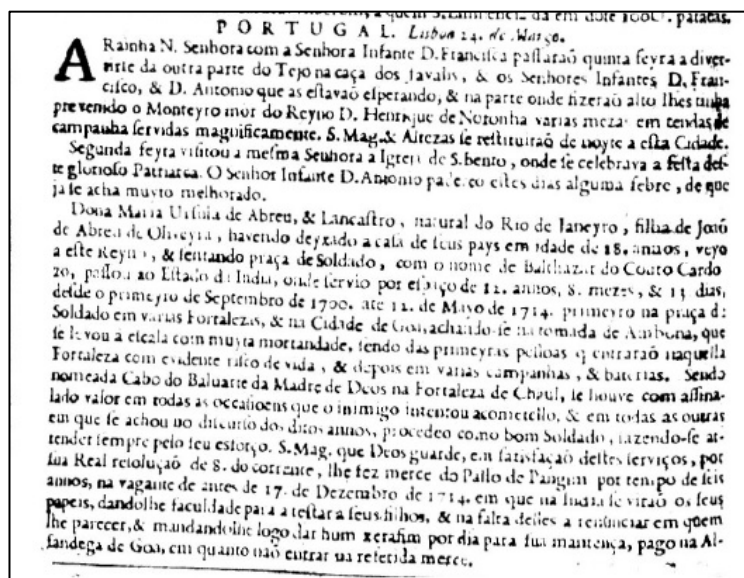


Imagem 1 - Gazeta de Lisboa, 1718, n. 12, p. 96.

Retomando as acaloradas críticas históricas de Pimenta (1942) à obra de Barroso (1932), o escritor português argumenta que a resolução régia de 8 de março de 1718 romanceada por Barroso nunca existiu, e que na verdade existiu um alvará real de 14 de março de 1718 e outro suplementar de 9 de março de 1720. Infelizmente não conseguimos localizar esses documentos, no entanto, ao contrário do que sugere Pimenta (1942, p. 3), o alvará não é uma invenção nem de Barroso e nem das fontes históricas brasileiras, uma vez que a nota do jornal *Gazeta de Lisboa* cita a resolução de 8 de março de 1718, narrada na obra de Barroso (1932, pp. 193-194),

mas não cita o alvará de 14 de março de 1718, que é anterior à nota do jornal lisboeta, e que aparece como referência para Pimenta (1942).

Da mesma forma, Pimenta (1942, p. 7) afirma que é falsa a afirmação de Barroso (1932) de que o rei D. João V deu mercê do Paço de Pangim a Maria Úrsula durante seis anos, uma vez que o tempo máximo de uma mercê seria sempre de três anos. Novamente, no entanto, essa informação, como sugere Pimenta (1942, p. 7), não é uma invenção nem de Barroso nem das fontes históricas brasileiras, uma vez que a nota de a *Gazeta de Lisboa* também afirma o prazo de seis anos. Assim sendo, o texto do jornal português antes confirma as afirmações históricas romanceadas por Barroso (1932) do que as críticas de Pimenta (1942), além disso responde aos pedidos de Pimenta (1942) de que sejam apresentadas outras fontes sobre Baltasar/Maria Úrsula.

É muito provável, portanto, que o conteúdo do jornal lisboeta tenha sido escrito a partir da resolução régia de 8 de março de 1718. Assim, se do ponto de vista do conteúdo não parece haver dúvidas de que a nota replica informação da resolução régia, que por sua vez parece ter servido de base a todos os outros textos históricos, do ponto de vista do formato, da organização e da ordem com que as informações são apresentadas, é provável que a nota do jornal *Gazeta de Lisboa* seja a mais importante referência. Nesse sentido, grande parte dos textos históricos sobre a personagem, como veremos, começam, se organizam e terminam de forma quase idêntica à nota do jornal português. Para visualizarmos essas semelhanças, vejamos como começam a nota do jornal *Gazeta de Lisboa* (1718), mais antiga referência encontrada por mim, e o texto de Froes Perim (1740), apontado por Pimenta (1942, p. 2) como a primeira fonte impressa sobre Baltasar/Maria Úrsula.

Dona Maria Úrsula de Abreu, & Lancastro, natural do Rio de Janeyro, filha de João de Abreu de Oliveyra, havendo deyxado a casa de seus pays em idade de 18. annos, veyo a este Reyno, & sentando praça de Soldado, com o nome de Balthazar do Couto Cardozo, passou ao Estado da India, onde servio por espaço de 12. annos, 8. mezes, & 13. dias (GAZETA DE LISBOA, 1718, p. 96).

Dona Maria Úrsula de Abreu e Lancastro, filha de João de Abreu de Oliveira, natural do Rio de Janeiro, assentou praça na Casa da India com o nome de Balthasar de Couto Cardoso, e servio naquelle Estado doze annos, oito mezes, e treze dias (FROES PERIM, 1740, p. 257).

Ainda a partir da nota de *Gazeta de Lisboa* (1718, p. 96), sabemos que a personagem esteve na tomada de Ambona, onde foi uma das primeiras pessoas a entrar na fortaleza, além de outras campanhas militares, que foi nomeada cabo do baluarte de Madre de Deos na fortaleza de Chaul, que atuou sempre como bom soldado, com grande valor e muito esforço, e que recebeu a mercê do Paço de Pangim por seis anos, além de um xerafim por dia para sua manutenção, a ser pago na Alfandega de Goa, enquanto não entrasse na referida mercê.

Doze anos depois, Damião de Froes Perim, pseudônimo do frei português João de São Pedro, publica o segundo tomo de *Theatro Heroico, Abcario das Mulheres Ilustres em Armas, Letras, Acçoens heroicas, e artes liberaes* (1740), que traz novo texto sobre Baltasar de Couto Cardoso/Maria Úrsula de Abreu e Lancastro. Ao contrário do que afirma Pimenta (1942, p. 2), não só o texto de Froes Perim (1740) não é o primeiro relato impresso sobre a personagem, como também os dois tomos da obra não foram publicados em 1735 e 1738, mas em 1736 e 1740. Nesse sentido, o texto foi publicado após aproximadamente dez anos da morte da personagem.

O tomo II, que está dedicado “À serenissima princeza do Brasil D. Marianna Victoria”, ao contrário do tomo I, que está dedicado “À serenissima senhora D. Marianna de Austria Rainha de Portugal”, busca a proteção de Mariana, inclusive financeira, seja como rainha de Portugal, seja como princesa do Brasil, e diz que a mesma é tão grandiosa e heroica quanto as heroínas e princesas que aparecem no livro, que tanto enobreceram a pátria portuguesa. O texto sobre Baltasar/Maria Úrsula, presente no tomo II, de forma geral, é muito semelhante, como vimos nas citações anteriores, ao de *Gazeta de Lisboa* (1718), ainda que acrescente três novas e importantes informações.

O primeiro novo dado é que são nomeadas outras batalhas, além da tomada de Amboná, da qual Baltasar teria participado, como a tomada das Ilhas de Corjuem e de Panelem (FROES PERIM, 1740, p. 257-258). Além disso, o texto também afirma que “Maria Úrsula” teria se casado com Affonso Teixeira Arraes de Melo, que foi Governador do Forte de São João Batista, na Ilha de Goa (FROES PERIM, 1740, p. 258), assim como também diz que manteve, mesmo depois de não mais participar de guerras, o traje varonil e a espada (FROES PERIM, 1740, p. 258). O texto sugere, portanto, que a personagem habita um entrelugar entre a vida como esposa e a vida como soldado, uma vez que apesar de não ser mais reconhecida socialmente

como Baltasar, afinal o casamento entre dois homens não era permitido e também poderia levar às fogueiras da Inquisição, segue vestindo-se com trajes considerados como masculinos e empunhando espada, para além da participação em campanhas militares.

Quatro anos depois da publicação de Froes Perim (1740) e quatorze da provável data da morte da personagem, o português Francisco Santa Maria publica em *Anno historico, diario portuguez, noticia abreviada de pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, no tomo I, de 1744, novo texto sobre Baltazar/Maria Úrsula. A narrativa, que aparece no ponto V, na página 415, sob o título de “Dona Maria Úrsula de Abreu e Lancastro” é, no entanto, idêntica ao texto de *Gazeta de Lisboa* (1718). Nesse sentido, não aparecem as informações detalhadas sobre outras batalhas, assim como não aparecem informações nem sobre um possível casamento nem sobre como teria vivido depois de deixar de participar de campanhas militares à serviço do exército colonial português.

Quase cem anos depois do relato de Santa Maria (1744), é publicado, em 1840, no jornal lisboeta *O Panorama: jornal litterário e instructivo*, o breve texto “D. Maria Úrsula d'Abreu e Lancastro”. Neste, o autor anônimo aponta para o relato de Santa Maria (1744) como referência, que por sua vez remete ao texto de *Gazeta de Lisboa* (1718), assim como produz uma narrativa muito próxima aos dois relatos. Nesse sentido, não há informações sobre outras batalhas, além de Ambona, nem sobre casamento nem sobre como teria vivido a personagem após dar baixa como soldado.

Por fim, o último texto português localizado sobre Baltasar/Maria Úrsula é a efeméride publicada, em 8 de março de 1896, no jornal *Commercio de Portugal*. Como veremos no próximo ponto, as efemérides sobre a personagem passam a ser recorrentes a partir de 1876, com a publicação de Joaquim Manoel de Macedo. No entanto, enquanto os textos brasileiros em sua maioria a inscrevem a partir do dia 1º de setembro de 1700, data em que passa a ser oficialmente reconhecida como o soldado Baltasar, esta efeméride aponta para o dia 8 de março de 1718, data da entrega do usufruto do Paço de Pangim, o que indica ao mesmo tempo a generosidade de D. João V e o reconhecimento da bravura do soldado. Por se tratar de uma nota curta, não há informações sobre como viveu após dar baixa como soldado, assim como também não fala sobre casamento. Dessa forma, podemos dizer que o único texto português

a detalhar as campanhas militares, assim como a narrar o casamento e a vida da personagem depois de dar baixa como soldado, é o texto de Froes Perim (1740).

No entanto, Froes Perim não dá informações precisas sobre as fontes utilizadas em seu livro. Exceto pelas informações do Prólogo, do tomo I, que diz que a fonte de todas as informações dos dois tomos foi a livraria do Conde da Ericeira, Dom Luiz de Menezes, nada mais sabemos sobre a origem das afirmações realizadas pelo frei português (FROES PERIM, 1936, s/p). Portanto, só a descoberta de novas fontes históricas poderá esclarecer e confirmar as informações de Froes Perim (1740), sobre as batalhas, o casamento e a vida da personagem depois do serviço militar.

Assim sendo, o único texto luso-goês localizado, anterior ao romance do escritor brasileiro (1932), mas também posterior às fontes brasileiras utilizadas por Barroso (TEIXEIRA DE MELLO, 1881; RIO BRANCO, 1891), corresponde à obra *História de Goa: política e arqueológica*, volume 1, do padre Manoel Gabriel de Saldanha. O breve trecho que faz referência a Baltazar/Maria Úrsula aparece no Capítulo XVI, sob o título “Vitórias e Calamidades”, que descreve principalmente o vice-rei Caetano de Melo e Castro, governador da Índia Portuguesa entre 1702 e 1707.

A história da personagem, portanto, aparece quando se descreve a tomada da fortaleza de Amoná, que estava sob domínio holandês, o que impedia a navegação portuguesa (SALDANHA, 1990, p. 189), e o ataque a Bicholim, ambos em 1705. O texto de Saldanha (1898) indica, como suas fontes, um documento do governo português de 1861, o *Boletim do Governo* n. 59, infelizmente não localizado, e uma fonte brasileira, o “Brazileiros notáveis em Goa”, publicado em *Almanach Popular Brasileiro para 1898*, sobre o qual falaremos no próximo ponto.

Em relação aos outros textos históricos, a versão de Saldanha (1898) também repete a estrutura dos outros relatos, mas acrescenta as seguintes informações: a personagem é chamada de mulher-soldado, o que indica o entrelugar ocupado pela mesma, uma vez que carrega uma designação no feminino e outra no masculino; aponta para o casamento de Maria Úrsula com Afonso Teixeira Arrais de Melo e acrescenta informações biográficas sobre o marido, afirmando que este é natural de Vila Real, que chegou a Goa em 1700, “na mesma moção” que Baltazar, com patente de capitão do forte de São João Batista, e que ambos lutaram juntos na tomada da fortaleza de Chaúl; por fim, apresenta uma versão diferente no que se refere ao

reconhecimento do rei D. João V. Nesse sentido, enquanto todos os outros textos localizados apontam para a mercê do Paço de Pangim, Saldanha (1990, p. 190) diz que Maria Úrsula ganhou “dois pedaços de palmares”, na cidade de Chául.

As novas informações trazidas por esse texto não correspondem ao relato brasileiro, como veremos, mas constam do documento do governo português de 1861. De acordo com Barroso (1949, p. 54), que também teve acesso ao mesmo documento, em 1940, em visita à Torre do Tombo, além da mercê do Paço de Pangim e da pensão de um xerafim, Baltasar/Maria Úrsula, após pedido de recompensa, teria recebido, do governo português, em 1713, os “dois pedaços de palmares” na cidade de Chaul. No entanto, os únicos documentos, localizados, a fazerem referência a essa outra recompensa são os textos de Saldanha (1898) e Barroso (1949). Em se entendendo essa informação como verdadeira, podemos dizer que entre setembro de 1713, quando recebeu a terra em Chaul como Maria Úrsula, e março de 1714, quando deu baixa como soldado, a personagem seguiu no exército colonial português, mesmo após ser conhecido o trânsito de gênero.

3 As primeiras fontes históricas: Brasil

A primeira referência histórica brasileira sobre Baltasar/Maria Úrsula aparece, quase cem anos após a provável data de sua morte, no tomo VII do livro *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Annexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*, do monsenhor da capela real Jozé de Souza Azevedo Pizarro e Araujo, publicado em 1822. O livro, conforme Pizarro e Araujo (1822, p. 3), descreve a cidade e a capitania do Rio de Janeiro através de seus estabelecimentos públicos e de outras “particularidades interessantes” da sua história.

Neste, Baltasar/Maria Úrsula é narrado a partir da sua definição como mulher, ao mesmo tempo em que o trânsito de gênero é entendido como imitação de “procedimentos famosos” utilizados por outras mulheres portuguesas. Assim, o autor afirma que o valor militar dos naturais do Brasil também se estenderia a algumas pessoas do sexo feminino, mas para não sugerir essa “transgressão” a outras mulheres, ao mesmo tempo em que reafirma a ordem de sexo-gênero, faz questão também de lembrar de mulheres brasileiras que se distinguem por suas virtudes cristãs (PIZARRO E ARAUJO, 1822, p. 140).

Após essa breve introdução, o autor apresenta a história de “duas Senhoras naturaes do Brasil, que muito eternisaram os seus nomes pelo valor guerreiro”, Maria Úrsula de Abreu e Lancastro e de D. Maria de Souza, que teria lutado contra os holandeses em Pernambuco. No que se refere a Balthazar/Maria Úrsula, confirmada pela indicação bibliográfica fornecida por Pizarro e Araujo (1822, p. 140), o texto é uma cópia praticamente idêntica da narrativa do português Francisco Santa Maria (1744), que por sua vez, como vimos, é uma cópia do texto de *Gazeta de Lisboa* (1718).

As únicas alterações realizadas por Pizarro e Araujo (1822, p. 140-141), em relação aos outros dois textos, se referem à atualização ortográfica e à conversão do valor recebido por Maria Úrsula à moeda brasileira daquele momento. Nesse sentido, o autor diz que o “zerafim” pago à Maria Úrsula, enquanto não entrasse na mercê de Pangim, correspondia a “trezentos reis pouco mais ou menos”. Assim sendo, não há informações detalhadas sobre outras campanhas militares, nem sobre o possível casamento nem sobre a sua vida após deixar o serviço militar colonial.

Dezenove anos depois da primeira referência brasileira aparece, na *Revista Trimensal de História e Geografia*, o jornal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, a primeira publicação de Joaquim Norberto Souza Silva, que, como veremos, é o grande responsável pela difusão da história de Balthazar/Maria Úrsula no Brasil do século XIX. O texto é parte da seção “Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.”, onde Souza Silva (1841) também fala de D. Rosa Maria de Siqueira, que fará companhia a Balthazar/Maria Úrsula em outras publicações do mesmo autor.

Antes de entrar diretamente na história de Balthazar/Maria Úrsula, Souza Silva (1841, p. 225) diz que os “antigos chronistas portugueses [...] esqueceram de nos transmitir” o nome e a história de importantes “guerreiras brasílicas”, como D. Clara Felippa Camarão e as mulheres de Tejacupapo, que lutaram pela pátria brasileira contra os holandeses. No entanto, afirma também que esses mesmos cronistas nos legaram “o nome de uma famosa Brasileira”, que se destacou “na carreira das armas, e que muito honra ao bello sexo brasileiro: - D. Maria Úrsula de Abreu Lencastre”.

Assim, ao mesmo tempo em que questiona a história, pelo silenciamento a respeito de figuras femininas brasileiras importantes, Souza Silva (1841, p. 225-226) reafirma o lugar de

Balthazar/Maria Úrsula como parte do “bello sexo brasileiro”, atribuindo, portanto, pouco valor ao trânsito de gênero, ainda que também afirme que a personagem conservou em toda a vida “o traje varonil” e a espada. Desta forma, o entrelugar, entre o binarismo normativo de gênero, ocupado por Balthazar/Maria Úrsula, ainda que apareça no texto, o que nos permite uma leitura contra o próprio autor, é narrado sempre como parte da (complexa) feminilidade da personagem. Nessa perspectiva, apesar do “coração varonil” e dos trajes masculinos ostentados até a morte, Balthazar será sempre Maria Úrsula.

Souza Silva (1841, p. 227) revela também as suas fontes sobre a “distinta senhora fluminense”, apontando para as obras de Froes Perim (1740) e Santa Maria (1744), que teriam lhe servido para a composição de seu texto. Em relação aos dois textos, precisamos destacar três novas rupturas operadas por Souza Silva (1841). A primeira delas é a invenção de uma explicação para o trânsito de gênero da personagem, e para a sua decisão de ir à guerra, através de características que lhe seriam próprias e individuais. Nesse sentido, Balthazar/Maria Úrsula seria levada a tais atitudes por possuir uma “índole extremamente belicosa”, um “ardente desejo de assinalar-se nos campos da guerra” e um “coração varonil” (SOUZA SILVA, 1841, p. 226).

Um segundo ponto importante a ser destacado é a narração sobre a vida de Balthazar/Maria Úrsula após a baixa como soldado. Souza Silva (1841, p. 226) não só diz, como Froes Perim (1740, p. 258), que a personagem, mesmo após o casamento, seguiu conservando o traje varonil e a espada, mas também inova ao afirmar que a mesma morreu coberta de bençãos e rodeada de homenagens dos seus contemporâneos.

Por fim, uma terceira questão se refere à própria técnica narrativa empregada pelo autor, o que coloca o texto a meio caminho entre o relato histórico e a literatura (romântica). Nesse sentido, apesar do texto manter uma estrutura semelhante às outras narrativas históricas, no que se refere à ordem de apresentação dos fatos, podemos dizer que Souza Silva (1841) apela em sua narração para uma linguagem melodramática, o que acentua a heroicidade de Balthazar/Maria Úrsula, assim como a “glória” da ação colonial portuguesa na Índia, ao mesmo tempo em que permite ao autor certa liberdade narrativa, ou infidelidade histórica, o que possibilita, por exemplo, a criação de motivações para as decisões da personagem, assim como certo exagero em seu reconhecimento histórico. Sobre isto, vejamos,

através de um pequeno trecho de Froes Perim (1740), de Santa Maria (1744) e de Souza Silva (1841), como este último cria imagens melodramáticas sobre a vida de Baltazar/Maria Úrsula, especialmente, nestes trechos, no que se refere às motivações da personagem e à saída da casa paterna.

Dona Maria Úrsula de Abreu e Lancastro, filha de João de Abreu de Oliveira, natural do Rio de Janeiro, assentou praça na Casa da Índia com o nome de Baltazar de Couto Cardoso, e serviu naquele Estado doze annos, oito mezes, e treze dias, que tiverao principio o primeiro de Setembro de mil e setecentos, até doze de Mayo de setecentos e quatorze (FROES PERIM, 1740, p. 257).

Dona Maria Úrsula de Abreu e Lancastro, natural do Rio de Janeiro, filha de João de Abreu de Oliveira, havendo deixado a casa de seus pays em idade de dezoito annos, veyo a Lisboa, e sentando praça de soldado, com o nome de Baltazar do Couto Cardozo, passou ao estado da Índia, onde serviu por espaço de doze annos, oito mezes, e treze dias, desde o primeiro de Setembro de 1700, até doze de Mayo de 1714 (SANTA MARIA, 1744, p. 415)

Nascida no Rio de Janeiro, nos ultimos annos do XVII seculo, dotada de indole extremamente bellicosa, de coração varonil, contava D. Maria Úrsula de Abreu Lencastre apenas dezoito annos de idade, quando artendo no desejo de assignalar-se nos campos da guerra, abandonou a casa paterna, fugiu aos braços de seu velho pai João de Abreu de Oliveira, e embarcou-se para Lisboa, onde no dia 1 de Setembro de 1700, assentando praça de soldado sob o nome de Baltazar do Couto Cardozo, passou ao estado da Índia (SOUZA SILVA, 1841, p. 226).

Em 1845, o jornal, “literário e pictorial”, *Ostensor Brasileiro* publicou dois textos sobre Baltazar/Maria Úrsula. O primeiro deles, na edição 4, na coluna “Fastos Brasileiros”, sem identificação de autoria, e o segundo, na edição 49, assinado por Joaquim Norberto Souza Silva. No entanto, não há novidades em nenhum dos dois textos, uma vez que o primeiro⁶, apesar das atualizações ortográficas, é idêntico ao texto de *Gazeta de Lisboa* (1718), o que significa dizer que não há informações detalhadas sobre outras campanhas militares além da tomada da fortaleza de Ambona, assim como não há informações sobre casamento ou sobre a vida após a baixa como soldado, enquanto o segundo é idêntico à primeira publicação de Souza Silva

⁶ Este mesmo texto foi republicado na primeira edição do jornal, “litterario e instructivo”, *A Luz*, em 1872, na página 106.

(1841). Nesse sentido, os dois textos servem à divulgação da história de Balthazar/Maria Úrsula, mas nada acrescentam em relação aos outros relatos.

Quatorze anos depois, em 1859, a *Revista Popular* publica, na seção “Brazileiras Célebres”, “novo” texto de Joaquim Norberto de Souza Silva sobre a personagem. No entanto, enquanto na primeira publicação, de 1841, a história de Balthazar/Maria Úrsula era acompanhada da história de D. Rosa Maria de Siqueira, na nova publicação a personagem está acompanhada da história de Dona Clara Camarão. Nesse sentido, Souza Silva (1859) preenche uma lacuna apontada no primeiro texto, uma vez que ao escrever sobre Clara Camarão retira do silêncio, dos “antigos cronistas portugueses”, a história dessa importante guerreira brasileira.

No que se refere à narrativa sobre Balthazar/Maria Úrsula, no entanto, o texto é praticamente o mesmo. Assim, serve antes à difusão da história do que à apresentação de algum novo fato. As únicas diferenças em relação ao primeiro texto são: a ausência do primeiro parágrafo, em que o autor argumentava sobre heroínas esquecidas, a ausência do último parágrafo, onde o autor indicava as fontes para a produção do seu texto, e uma pequena alteração na descrição do tempo de serviço militar de Balthazar, uma vez que o primeiro texto fala em “treze annos oito mezes e treze dias” (SOUZA SILVA, 1841, p. 226), enquanto este escreve “quasi quatorze anos” (SOUZA SILVA, 1859, p. 336).

Em 1862, Joaquim Norberto de Souza Silva publica pela quarta vez um relato sobre Balthazar/Maria Úrsula. O texto, que compõe o livro *Brasileiras Célebres*, é parte do capítulo “Armas e Virtudes”, em que também aparecem narrativas individuais sobre as mulheres de Tejucupapo, Dona Clara Camarão, Dona Maria de Sousa e Dona Rosa de Siqueira. De acordo com prefácio do editor Baptiste-Louis Garnier (1862, p. 11), o livro é uma edição “destinada ao povo e adaptada às escolas”, que reúne vários trechos biográficos sobre “senhoras brasileiras dignas de celebridade, tanto pelos seus talentos e virtudes como até pelos seus feitos guerreiros”, anteriormente publicados em *Revista Popular*.

O texto biográfico sobre Balthazar/Maria Úrsula é exatamente o mesmo publicado em *Revista Popular* (1859), o que significa tanto que se trata de uma biografia romanceada, quanto também se trata de uma versão, em relação ao texto do jornal do IHGB (1841), sem o parágrafo inicial, que narrava outras heroínas esquecidas, e sem o parágrafo final, em que o autor

indicava as suas fontes. Nesse sentido, de forma geral, não só Souza Silva (1841, 1845, 1859, 1862) é o maior divulgador brasileiro da história de Balthazar/Maria Úrsula, como também o faz a partir da reafirmação da mulheridade e da insignificância do trânsito de gênero da personagem.

Em seguida, em 1876, inaugurando um novo gênero no imaginário histórico e literário brasileiro sobre Balthazar/Maria Úrsula, Joaquim Manuel de Macedo inclui a personagem em um livro de efemérides de personalidades brasileiras, o *Anno Biographico Brasileiro*, produzido especialmente para a Exposição Universal de 1876, que aconteceu na Filadélfia, nos Estados Unidos. A obra, portanto, como quase todo livro de efemérides, é apresentada por dia e mês, e dentro de cada data é apresentado um texto sobre uma pessoa ou acontecimento ilustre. A nossa personagem, sob o título “D. Maria Úrsula de Abreu e Lancastrô”, abre o volume três do livro, com uma data bastante sugestiva, que irá lhe acompanhar em outras efemérides, o dia 1º de setembro.

Assim, é importante dizer que o dia escolhido para contar a história da personagem não é nem o dia do nascimento de Maria Úrsula, nem o dia da sua provável morte, nem o dia da tomada de Amboná, nem o dia da entrega da mercê do Paço de Pangim. Como sabemos, 1º de setembro é a data oficial de nascimento do soldado Balthazar, uma vez que é o dia em que a personagem assenta praça em Lisboa e passa a ser oficialmente reconhecida como homem pelo Império Português. No entanto, infelizmente, contra a própria escolha dessa data, Macedo insiste na afirmação da mulheridade da personagem, ainda que a história de Balthazar/Maria Úrsula imponha outras dissonâncias no texto, como, por exemplo, “A heroína Balthazar do Couto foi militar na Índia” (MACEDO, 1876, p. 2).

Macedo, na verdade, como nenhum outro texto antes, investe na normatização e normalização do sexo da personagem, como se estivesse se desculpando pelas “transgressões” de Balthazar/Maria Úrsula, e também como se estivesse justificando a sua presença no livro a um leitor norte-americano. Afinal, como diz o autor, “os feitos do jovem soldado Balthazar do Couto Cardoso fez esquecer a imprudência e o erro da menina Maria Úrsula” (MACEDO, 1876, p. 2). Assim, não só diz que foi um erro a personagem assentar praça como soldado, mas também sugere que o retorno à feminilidade era uma missão doce e grandiosa de seu sexo (MACEDO, 1876, p. 2). Além disso, como se procurasse justificar a paixão do “vallente oficial”

Arraes de Mello pelo soldado Balthazar, afirma tanto que a personagem nunca conseguiu dissimular o seu sexo para o futuro esposo, como também diz que a escolha de Arraes por Maria Úrsula foi o que a motivou a abandonar a vida como Balthazar (MACEDO, 1876, p. 2).

Como podemos ver, portanto, Macedo investe toda a sua pena em encaixar a vida de Balthazar/Maria Úrsula nos ditames românticos da cisheteronormatividade e da submissão feminina, o que o permite inclusive julgar as escolhas da personagem, por exemplo, quando diz que a sua atitude de filha é repreensível (MACEDO, 1876, p. 1). Para isso, assim como Souza Silva (1841, 1845, 1859, 1862), não só romanceia a forma de narrar, como também descreve fatos não relatados em outras fontes históricas. Nesse sentido, Macedo promove duas alterações no imaginário sobre Balthazar/Maria Úrsula que vão reaparecer nos textos seguintes, incluindo o romance de Barroso (1932).

Na primeira delas, como se é de esperar dada as escolhas românticas e cisheteronormativas do autor, Macedo justifica a vida como homem e o ir à guerra a partir da ideia de um “ardente amor contrariado” (MACEDO, 1876, p. 1). Assim, de acordo com o romancista, que diz ter recolhido a informação a partir de “livres recordações de família”, ainda que não especifique quem ou quais seriam essas fontes⁷, todas as escolhas de Balthazar/Maria Úrsula estariam motivadas principalmente por um amor mal resolvido, ao contrário de Souza Silva (1821, p. 226), por exemplo, que apontava para a índole belicosa, o coração varonil e a ambição de glória da personagem.

Em uma segunda alteração, contrariamente a Souza Silva (1841, p. 226), que aponta para a manutenção dos trajes varonis, após a baixa como soldado, como uma lembrança e um testemunho de seus feitos brilhantes, Macedo (1876, p. 3) afirma que a manutenção dos trajes varonis após o casamento não passa de uma “ vaidade ” de Maria Úrsula, o que seria perdoável pela glória conseguida como “ guerreira ”. Assim sendo, podemos dizer que, para Macedo (1876), a “ transgressora ” Balthazar/Maria Úrsula só se habilita ao reconhecimento histórico porque empregou a sua excepcional capacidade guerreira à serviço da pátria, o que a perdoaria do trânsito de gênero.

⁷ Apesar de Macedo (1876) não indicar nenhuma das fontes históricas utilizadas para compor o seu texto, podemos dizer que este dialoga não só com a tradição dos textos históricos sobre a personagem, mas principalmente com a obra de Souza Silva (1841, 1845, 1859, 1862).

Cinco anos mais tarde, em 1881, aparece a primeira referência histórica apontada por Barroso (1932), o texto de José Alexandre Teixeira de Mello, publicado no segundo tomo do livro *Ephemerides Nacionaes*. Organizado de forma semelhante ao livro de Macedo (1876), Teixeira de Mello (1881), no entanto, apresenta mais de um fato relacionado a cada data. No que se refere a Balthazar/Maria Úrsula, assim como em Macedo (1876), a data escolhida para representar a personagem é também o 1º de setembro de 1700, o dia do reconhecimento estatal de sua identidade masculina.

No entanto, ao contrário do texto de Macedo (1876), não há um julgamento de suas ações, assim como não há uma insistente reafirmação de sua identidade feminina. Nesse sentido, enquanto Macedo afirma que a atitude de Maria Úrsula como filha é “reprehensível” (MACEDO, 1876, p. 1), Teixeira de Mello prefere destacar o “modo irreprehensível” com que Balthazar participou de combates (TEIXEIRA DE MELLO, 1881, p. 112). Do mesmo modo, o autor não procura fantasiar nem sobre as causas de sua ida à guerra, nem de seu casamento, nem sobre como viveu após dar baixa como soldado. Esta efeméride dialoga, portanto, mais diretamente com a narração de *Gazeta de Lisboa* (1718).

A segunda referência apontada por Barroso (1932) aparece em 1º de setembro de 1891, na coluna “Ephemerides Brasileiras”, do *Jornal do Brasil*, assinada pelo Barão de Rio Branco. A coluna foi publicada entre 1891 e 1893, e os textos depois foram recolhidos, com as devidas atualizações ortográficas, mas sem alterações quanto ao conteúdo, em pelo menos três livros, o que coloca o Barão de Rio Branco como outro grande divulgador da vida de Balthazar/Maria Úrsula. Assim, apareceu primeiro no livro editado pelo *Jornal do Brasil*, em 1892, reunindo apenas as efemérides de 1891 (VILLENEUVE, 1892), em seguida ganhou duas publicações póstumas, a da *Revista do IHGB*, de 1917, organizado por Vieira Fazenda e Basílio de Magalhães⁸, e o livro *Efemérides Brasileiras*, de 1946, organizado por Rodolfo Garcia.

Ainda que o autor não indique as suas fontes históricas, de acordo com Barroso (1940, p. 8), tanto o texto de Teixeira de Mello (1881) quanto o de Rio Branco (1891), seriam inspirados no livro *Brasileiras Célebres* (1862)⁹, de Souza Silva. No entanto, acreditamos que as fontes

⁸ De acordo com Manoel Pereira (2012, p. 473), desde 1919, as sessões solenes do IHGB são abertas com a leitura das efemérides do dia, o que talvez permita que a história de Balthazar/Maria Ursula siga sendo recordada.

⁹ Como vimos, *Brasileiras Celebres* (1862) é uma republicação reduzida de texto publicado em 1841 no jornal do IHGB.

principais de Teixeira de Mello (1881) são *Gazeta de Lisboa* (1718), Santa Maria (1740) e Pizarro e Araujo (1822), uma vez que nenhum dos textos traz informações sobre nomes de batalhas, sobre um possível casamento e sobre a vida após a baixa como soldado. Além disso, acreditamos que o texto de Rio Branco (1891) está mais próximo de Macedo (1876) do que de Souza Silva (1862), uma vez que enquanto Souza Silva (1862, p. 74) atribui como motivações da personagem, tanto para ir à guerra quanto para o trânsito de gênero, o fato dela possuir uma “indole extremamente belicosa”, um “coração varonil” e um desejo de glória, Macedo (1876, p. 226) vai dizer que tudo está motivado pelo “vivo ressentimento de ardente amor contrariado”.

Nesse sentido, Rio Branco (1891, p. 2), de maneira similar à Macedo (1876), sugere que a principal motivação para a personagem fugir da casa paterna, viver como homem e lutar como soldado, foi o “desespero de um amor contrariado” e a busca de “aventuras”. Além disso, entende também o trânsito de gênero como “disfarce”, reafirmando, portanto, uma mulheridade essencial da personagem. No entanto, apesar de falar do casamento, não explica as motivações para tal compromisso, e apesar de afirmar que a mesma morreu “cercada de respeito geral”, também não explica como viveu depois de dar baixa como soldado.

Em 1899, a poetisa e romancista baiana Ignez Sabino publica, em seu livro *Mulheres Illustres do Brasil*, novo relato sobre Baltasar/Maria Úrsula. De acordo com o prefácio da autora, o livro apresenta a biografia de quarenta e uma mulheres brasileiras esquecidas pela história, que lhe serviram para estudar a psicologia feminina, devendo o livro ser entendido como “uma Bíblia de instrução moral e cívica” (SABINO, 1899, p. IX). Essas afirmações do prefácio não passam despercebidas no capítulo “Maria Úrsula de Alencastro”, uma vez que há tanto uma reafirmação violenta da mulheridade de Baltasar/Maria Úrsula, como também há certa patologização e psiquiatrização moralista, que entende o trânsito de gênero vivido pela personagem como uma “verdadeira aberração da natureza” (SABINO, 1899, p. 89), como também afirma que, apesar de admirável, trata-se de uma pessoa “doente”, que precisaria ser estudada e curada pela ciência (SABINO, 1899, p. 92).

Podemos dizer, portanto, que mais do que Macedo (1876) e todos os outros escritores, Sabino investiu a sua pena em narrar Baltasar/Maria Úrsula a partir de uma ordem de gênero que ao mesmo tempo que considera o trânsito de gênero uma impossibilidade, e nesse sentido

a personagem será sempre narrada no feminino, afirma também um lugar de abjeção e de doença para aqueles que ousam desobedecer a “natureza” de seu sexo. De acordo com Sabino (1899, p. 89), Deus teria dado maior beleza às mulheres para que elas pudessem melhor governar os homens, por isso seriam também mais mimosas e mais fracas. Maria Úrsula, no entanto, apesar de “excessivamente formosa” teria desprezado esses dotes divinos, e “inflammada pelo desejo ardente de servir a pátria”, mas também por uma “vocaçã”, teria negado tanto Deus como sua “natureza” feminina, e passado a viver como homem e soldado.

Para explicar o que entende por “vocaçã”, Sabino fantasia uma infância para Baltasar/Maria Úrsula, em que este não só se afasta e transgride as normatividades do sexo feminino, como também afirma não ser uma mulher, mas um soldado. Nesse sentido, a autora aponta que o trânsito de gênero já era desejado e vivido desde a infância da personagem. No entanto, para tranquilizar os leitores de que a transgressão de gênero não implicava uma devassidão sexual, descreve a vida adulta da personagem sob “severíssima” moralidade (SABINO, 1899, p. 90). Por fim, destaca que a sua “vocaçã” foi vencida pela “natureza”. Nesse sentido, teria havido uma “grande methamorphose”, que o levou a abandonar a vida militar, a compreender a “verdadeira missão da mulher na sociedade” e a casar com o “tenente” Arraes de Melo. Assim, “Maria Úrsula” teria morrido cercada de reconhecimento de seus contemporâneos, mas sem nunca mais ter trajado roupas masculinas e empunhado uma espada.

Finalmente, em 1928, o jornal *Leitura para Todos* publica, sem autoria, o texto “Brasileiras Illustres - Maria Úrsula de Abreu e Lencastre”. Apesar do título sugerir um paralelismo com a obra de Sabino (1899), podemos dizer que não há um diálogo direto entre eles, uma vez que o texto não procura explicar as motivações para o trânsito de gênero e para a vida como soldado. Além disso, ainda que afirme que Baltasar/Maria Úrsula se casou com Arraes de Mello, diz também que continuou a “envergar o seu uniforme”. Nesse sentido, entre os textos publicados até 1932, não encontramos outro relato, além do de Sabino (1899), que afirme a experiência de Baltasar/Maria Úrsula como doença ou “aberraçã da natureza”.

4 A Senhora de Pangim

A Senhora de Pangim (1932), de Gustavo Barroso, como já dissemos anteriormente, apesar de ser um romance histórico, não tem um compromisso absoluto, como acredita Alfredo Pimenta (1942), em seu pacto ficcional, com a verdade histórica, o que permite, portanto, ao autor, preencher, ao longo de seus quatorze capítulos, com maior liberdade, as lacunas históricas sobre a vida de Baltasar/Maria Úrsula. Como também mostramos, a obra de Barroso está mais próxima do texto de Macedo (1876), no que se refere às questões de gênero que a discussão da obra impõe, do que das obras de Teixeira de Mello (1881), Rio Branco (1891) e Souza Silva (1862), indicadas pelo autor como referências históricas consultadas.

Além disso, é preciso dizer também que há duas edições do romance. A primeira, de 1932, publicada pela editora carioca Guanabara, está direcionada ao público leitor brasileiro, enquanto a segunda, de 1940, publicada pela editora portuguesa da Agência Geral das Colônias, está direcionada ao público leitor português. Entre as duas edições, algumas alterações precisaram ser feitas.

Na brasileira, por exemplo, não há prefácio, mas há no final do romance uma “Nota” onde o autor aponta as suas fontes históricas, além de afirmar que se trata de romance e não de biografia. Nesse sentido, podemos afirmar que desde a primeira edição o autor tentou se defender de críticas quanto às possíveis inexatidões históricas. Ademais, em vários trechos do romance, Baltasar/Maria Úrsula descreve o Brasil de forma carinhosa, saudosista e paradisíaca. É sintomático, por exemplo, que o livro termine com um pedido da personagem para que o seu marido, Arrais de Melo, não sinta ciúmes da saudade que sente do seu “grande Brasil”, uma vez que provavelmente nunca mais verá a sua terra natal (BARROSO, 1932, p. 203).

Na edição portuguesa, a primeira mudança é a transformação daquilo que é “Nota” na 1ª edição em “Prefácio” na 2ª edição. No entanto, este texto ganha o acréscimo de três parágrafos, os dois primeiros e o último. No último, Barroso diz que teve acesso a documentos portugueses sobre Maria Úrsula, mas que reservaria esses documentos para um estudo “não mais literário e sim absolutamente histórico” (BARROSO, 1940, p. 9). Nos dois primeiros parágrafos, Barroso parece querer justificar a edição portuguesa do livro. Nesse sentido, afirma que o romance abrange o “Mundo Português nos séculos XVII e XVIII: o Brasil, a África, a Índia”, assim como também afirma que as suas personagens viveram nesses espaços que “Portugal

encheu com sua glória”. Consequentemente, por percorrer todos esses espaços, além de lutar pela glória de Portugal, Baltasar/Maria Úrsula seria não só um “símbolo desse Mundo Português”, como também seria uma “figura única e tão fora do comum que parece lendária” (BARROSO, 1940, p. 7).

No que se refere às questões de gênero que aparecem no romance, a primeira coisa a se apontar é que o leitor não sabe que Baltasar viveu anteriormente como Maria Úrsula. Ainda que o trânsito de gênero da personagem só seja “confessado” nos quatro capítulos finais do romance, o texto recorrentemente sugere, principalmente através do canto da personagem, desde o primeiro capítulo, que há algo de feminino em Baltasar. Nesse sentido, por exemplo, quando canta, o “rapazelho desconhecido” mostra uma feminilidade que tensiona as masculinidades dos outros soldados, como também denuncia que ali há algo de mágoa amorosa.

Além disso, é preciso dizer que a publicização do trânsito de gênero da personagem não é vivida uma única vez, ao contrário, por três vezes Baltasar foi levado a “confessar” ou se tentou “confessar” por ele. Na primeira dessas cenas, ainda no terceiro capítulo, o capitão Nuno de Mascarenhas, à beira da morte, na travessia entre o Brasil e Portugal, não só reforça o pedido para que o guardião Vasco de Brito cuide do seu pajem, mas também tenta contar ao guardião “o grave segredo” de Baltasar. No entanto, para alegria do pajem, o capitão morre enquanto tenta contar a história (BARROSO, 1940, p. 34). A morte do capitão, portanto, assegura o silêncio e permite que Baltasar viva em Portugal e na Índia como soldado.

Esse segredo também tece as relações entre o soldado Baltasar e Manuela, amiga e antiga paixão de Vasco, que acompanha Baltasar à Índia e vive com ele até o final de sua vida. Ao longo do texto, há sugestões de que Manuela sabe do trânsito de Baltasar, no entanto, essa situação só é tratada abertamente nos capítulos dez e treze. No capítulo dez, o suspense sobre essa história ainda é mantido, uma vez que Baltasar, diante do “carinho maternal” de Manuela, confessa a sua história à amiga, mas o leitor não tem acesso ao teor dessa confissão. No capítulo treze, o narrador descreve aos leitores o teor da conversa entre Manuela e Baltasar, no entanto, a história do trânsito já é conhecida pelo leitor, uma vez que Baltasar é ferido em combate e Arraes de Melo cuida de sua convalescência. Assim, ao retomar a confissão de Baltasar a Manuela, o narrador, em diálogo com parte da tradição histórica brasileira (MACEDO,

1876; RIO BRANCO, 1891), tanto passa a tratar o soldado no feminino como também sugere (novamente) que a motivação inicial para o trânsito e para ir à guerra foi um “grande sofrimento” amoroso.

Diante da confissão de Baltasar, visto agora exclusivamente como Maria Úrsula, tanto pelo narrador quanto pela amiga, Manuela diz que sempre foi uma cúmplice silenciosa, não só porque sempre admirou o seu “animo varonil”, mas principalmente porque sentia muito orgulho em ver uma “mulher” dar lições de coragem aos homens, “que tanto se orgulham de sua bravura e tanto se riem da nossa fraqueza” (BARROSO, 1940, p. 114). Assim, ao mesmo tempo em que se instaura uma normalização de Baltasar a partir da cisgeneridade, e que se revela uma rede de proteção silenciosamente tecida por Manuela, cria-se também uma cumplicidade entre as personagens que desafiam as normatividades de gênero. Afinal, mesmo Baltasar sendo entendido exclusivamente como mulher, não há soldado mais valente do que Maria Úrsula.

Assim como acontece com a maior parte das donzelas-guerreiras¹⁰, o trânsito de gênero é narrado ao leitor através do ferimento, e a conseqüente convalescência de Baltasar. Por sugestão de Manuela, que vê nessa expedição a possibilidade de aproximar Baltasar e Afonso, o soldado se alista na expedição comandada por Arrais de Melo, que busca localizar e matar um tigre que vem amedrontando a população local. Nessa viagem pelo campo, há um clima de companheirismo, de cumplicidade, mas também de grande sedução entre os dois militares. Aliás, desde o primeiro encontro entre os dois, quando Baltasar resgata Afonso de ser executado, há forte tensão erótica entre eles. Afinal, neste primeiro encontro, ambos se impressionam com a beleza um do outro e também sentem calafrios ao se tocarem (BARROSO, 1940, pp. 74-78).

Baltasar, da mesma forma como na tomada de Amboino (BARROSO, 1940, p. 86), na defesa do galeão S. Rafael (BARROSO, 1940, p. 29) e no resgate de Arrais de Melo (BARROSO, 1940, p. 74), é o primeiro a atacar. No entanto, recebe do tigre uma patada que o deixa gravemente ferido no ombro direito (BARROSO, 1940, p. 101). Na convalescência, Baltasar, por várias vezes, impede que lhe rasguem o casaco para que seja avaliado e tratado o ferimento. Por isso, somente quando o companheiro desmaia é que Afonso consegue, após dispensar os

¹⁰ Sobre isto, ver Maia (2018).

outros soldados, cuidar sozinho de Baltasar. É curioso esse momento da narrativa porque Arrais de Melo começa a falar sozinho, como se estivesse justificando ao leitor que o desnudamento daquele corpo visava apenas o cuidado. Assim, ao mesmo tempo em que se justifica a falta de consentimento de Baltasar, tenta-se afastar também o desejo erótico entre os dois homens. Depois de todo o cuidado, Afonso usa suas roupas para vestir Baltasar, e decide “guardar segredo” (BARROSO, 1940, p. 111).

Na noite seguinte, percebendo pela camisa que usava que o seu segredo já era conhecido por Afonso, Baltasar narra a sua vida e fala de seu trânsito de gênero para o capitão. Arrais de Melo pergunta porque ele se alistou para a expedição, ao que Baltasar responde que havia se alistado porque o amava. O capitão, então, enxerga no soldado convalescente a mulher amada. Assim, a ordem de gênero é não só de algum modo restabelecida, uma vez que a personagem se anuncia como uma mulher, mas é também reforçada, apesar das dissonâncias, visto que Maria Úrsula promete a Afonso submissão, não como soldado, mas como mulher.

Ainda sobre o gênero da personagem, precisamos apontar que, exceto por Manuela, nenhuma outra personagem desconfia de sua masculinidade. Ao contrário, Baltasar é uma figura desejada pelas mulheres seja por seu aspecto de adolescente seja pela sua força. No que se refere à sua sexualidade, ainda que seja questionado sobre a falta de envolvimento com mulheres, Baltasar é compreendido como um novo D. Sebastião (BARROSO, 1940, p. 47 e 75), o que parece sugerir que se trata de alguém belo, desejado, mas celibatário¹¹. Nesse mesmo sentido, como se o narrador estivesse justificando que a “transgressão” de gênero não implicaria uma transgressão sexual, Baltasar também sente grande pudor diante da nudez masculina, ao contrário de seus companheiros que comentam com galhofa a nudez de pessoas negras africanas (BARROSO, 1940, p. 64).

Podemos dizer, então, que o trânsito de gênero é tolerado tanto pela excepcional capacidade guerreira da personagem, quanto por sua luta pela pátria. No entanto, a descrição de sua vida de modo tão exemplar cumpre no romance uma outra função, que é a comparação com outra “donzela-guerreira”, o espanhol Alonso Díaz de Guzmán/Catalina de Erauso¹². Nesse sentido, não só Maria Úrsula era uma “heroína autêntica” como a “famigerada D. Catarina de

¹¹ Sobre D. Sebastião como uma figura bela, desejada, mas celibatário ler Hermann (2012).

¹² Sobre Alonso Díaz de Guzmán/Catalina de Erauso, ver Maia (2013).

Erauso, a monja alferes de que se orgulhava a Espanha”, como também seria mais bonita, virgem, honesta e de “muito bom procedimento”, como podemos ver em:

Portugal tinha agora, graças à brasileira, rosnava o duque de Lagões para o marquês de Valença, na sala do Conselho do Estado, [...] Portugal tinha agora sua heroína autêntica para contrapor à famigerada D. Catarina de Erauso, a monja alferes de que se orgulhava a Espanha.

- Com uma grande diferença para melhor, adiantou o valido de Sua Majestade. Ouço dizer por todos que a brasileira teve sempre muito bom procedimento e que só descobriu seu sexo para casar-se honestamente, que nunca bebeu, nem jogou, nem se deu a outras irregularidades, enquanto que a espanhola, pelo que me contam, tinha todos os vícios e defeitos, admirando-se mesmo alguns eclesiásticos que Sua Santidade o Papa lhe tenha permitido continuar no uso dos trajes de homem e da espada. Mais merece a nossa, que não chegou a alferes e somente a cabo, pois além de tudo é bela. A espanhola, segundo informaram El-Rei era um estupor (BARROSO, 1940, p. 123).

Sobrepôr Baltasar a Alonso, Maria Úrsula a Catalina, é, portanto, uma forma de sobrepôr Portugal à Espanha. Enquanto é uma verdade histórica que Alonso Díaz de Guzmán/Catalina de Erauso foi recebido pelo rei Felipe IV, o que lhe garantiu uma pensão vitalícia, e pelo papa Urbano VIII, que lhe permitiu continuar vivendo como homem (MAIA, 2013, p. 4), no que se refere a Baltasar/Maria Úrsula, como aponta o trecho anterior, não há relatos históricos de qualquer encontro entre o Papa e o soldado brasileiro, no entanto, sabemos que o rei D. João V lhe concedeu uma pensão, além da mercê do Paço de Pangim por seis anos. Apesar disso, não há informações históricas que confirmem a permissão do rei de Portugal para a personagem seguir usando trajes varonis e espada, como aparece no romance (BARROSO, 1940, p. 122).

Seguindo alguns relatos históricos, especialmente os brasileiros, o romance de Barroso, portanto, sugere a manutenção dos trajes varonis, apesar do casamento com Arrais de Melo (BARROSO, 1940, p. 122), assim como também sugere que a personagem morreu cercada de grande popularidade na Índia Portuguesa, mas também em todo o império colonial português (BARROSO, 1940, p. 122). Além disso, assim como Macedo (1876) e Rio Branco (1891), ao longo da narrativa, há vários momentos que sugerem que a causa primeira para deixar a casa paterna e viver como soldado teria sido uma grande desilusão amorosa e um casamento forçado. Isto é confirmado, ao final do romance, através da “confissão” de Baltasar/Maria Úrsula a Manuela.

Isto posto, podemos dizer que o romance de Barroso (1932), de forma geral, valoriza os feitos militares de Baltasar, não só por destacar que ele é sempre um dos primeiros soldados

nas ações de combate, mas também por ter sido oferecido a ele o comando de Amboino (BARROSO, 1940, p. 86); afirma o reconhecimento público da personagem, para além do espaço da Índia portuguesa (BARROSO, 1940, p. 122); afirma a mulheridade e o casamento, ainda que aponte para a manutenção dos trajés varonis com aprovação real (BARROSO, 1940, p. 122); justifica e valoriza a vida de Baltasar/Maria Úrsula, a partir da vida de Alonso/Catalina (BARROSO, 1940, p. 123); afirma a desilusão amorosa como causa primeira para as decisões da personagem, apesar de sugerir que Baltasar/Maria Úrsula tem um ânimo varonil (BARROSO, 1940, p. 114); e apesar de não trazer informações biográficas sobre Arrais de Melo, descreve o primeiro encontro com Baltasar com alta tensão homoerótica (BARROSO, 1940, p. 76-78).

5 Considerações finais

Como vimos, o único texto histórico português a detalhar o nome das batalhas, a falar sobre o casamento e sobre a vida de Baltasar após dar baixa como soldado é o de Froes Perim (1740), enquanto o único texto a fornecer dados biográficos sobre Arraes de Melo é o de Saldanha (1898). As fontes históricas brasileiras são as que mais afirmam a mulheridade da personagem, ao mesmo tempo em que diminuem a importância do trânsito de gênero, além disso, são também os únicos textos a afirmarem que a personagem morreu cercada de admiração e glória, assim como são os únicos a buscarem explicações para a saída da casa paterna, para o trânsito de gênero e para a ida à guerra. Nesse sentido, há três correntes, aquela ligada a Souza Silva (1841), que procura as causas em um coração varonil, uma índole belicosa e um desejo de glória; aquela ligada a Macedo (1876), que afirma uma frustração amorosa; e aquela ligada a Sabino (1899), que afirma uma “vocação” patológica e um desejo de lutar pela pátria.

No que se refere às “donzelas-guerreiras”, Baltasar/Maria Úrsula cumpre as suas duas características principais, uma vez que tanto vive e é reconhecido como homem, como também foi a guerra. Além disso, cumpre as características secundárias, dado que viveu como homem durante longo período, quase quatorze anos, utilizou nome masculino, a maior parte das personagens desconhecia o seu trânsito de gênero, a descoberta e a confissão sobre o trânsito são pontos importantes da narrativa, é reconhecido pela bravura e ascende a cabo, é celibatário e na guerra é ferido e se envolve amorosamente com o capitão Arraes de Melo.

Por fim, podemos dizer que após ser conhecida o trânsito de gênero e dar baixa como soldado, a personagem, com exceção do texto de Sabino (1899), não “volta” ao papel feminino tradicional, mesmo quando o texto sugere o casamento. Nesse sentido, ainda que muitos textos afirmem um retorno à mulheridade, a maior parte deles também indica que a personagem seguiu utilizando traje varonil e espada. Assim, parece-nos que a personagem histórica e literária, após à guerra, habita um entrelugar, um fluxo contínuo, no que se refere à sua performatividade de gênero, entre a vida como Maria Úrsula e a vida como Baltasar. Tal perspectiva é reforçada inclusive pela comparação que Barroso (1940, p. 123) estabelece entre Baltasar e Alonso de Guzmán, entre Maria Úrsula e Catalina, que como sabemos obteve autorização régia e papal para seguir vivendo como homem (MAIA, 2013, p. 4). Dessa forma, podemos dizer que a personagem está mais próxima do que pensamos como transgeneridades guerreiras do que o que entendemos como donzelas-guerreiras, uma vez que o trânsito de gênero é vivido sempre que possível, desejado e para além da circunstância da guerra.

Referências

BARROSO, Gustavo. **A Senhora de Pangim**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1932.

BARROSO, Gustavo. **A Senhora de Pangim**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.

BARROSO, Gustavo. Uma heroína brasileira na Índia. **O Cruzeiro**, ed. 7, pp. 32, 36, 54, 1949.

BRASILEIRAS Illustres - Maria Úrsula de Abreu e Lencastre. **Leitura para Todos**, n. 102, p. 96, 1928.

COSTA, Luiz Mário Ferreira. Relações intelectuais assimétricas: a “polêmica” histórica entre Alfredo Pimenta e Gustavo Barroso. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 115-130, 2016.

D. MARIA Úrsula d'Abreu e Lencastre. **O panorama**: jornal litterário e instructivo. Lisboa: Typographia da Sociedade, 1840.

D. MARIA Úrsula D'Abreu e Alencastre. **Ostentor Brasileiro**, n.4, p. 50, 1845.

D. MARIA Úrsula D'Abreu e Alencastre. **A Luz**, n.1, p. 103, 1872.

EPHEMERIDES. **Commercio de Portugal**, n. 4984, p. 3, 1896.

FAZENDA, Vieira; MAGALHÃES, Basílio. **Ephemerides brasileiras pelo Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: IHGB, 1917.

FROES PERIM, Damiao. **Theatro Heroino, Abcedario das Mulheres Illustres em Armas, Letras, Acçoens heroicas, e artes liberaes**. Tomo I. Lisboa: Officina da Musica de Theotonio Antunes Lima, 1736.

FROES PERIM, Damiao. **Theatro Heroico, Abcdario das Mulheres Ilustres em Armas, Letras, Acçoens heroicas, e artes liberaes**. Tomo II. Lisboa: Regia Officina Sylviana, 1740.

GARCIA, Rodolfo (org). **Efemérides Brasileiras**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1946.

GAZETA DE LISBOA. Lisboa, n. 12, 24 de março 1718, p. 96, 1718.

HERMANN, Jacqueline. D. Sebastião, sebastianismo e “memória sebástica”: as invasões francesas e os impasses da história portuguesa. *In*: HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca; CATROGA, Fernando (Org.). **Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MACEDO, Joaquim Manoel. **Anno Biographico Brasileiro**. v. 3. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial, 1876.

MAGALHÃES, Basílio de (org.). **Efemérides brasileiras**. Rio de Janeiro: IHGB, 1917.

MAIA, Helder Thiago. Retratos da sexualidade: uma análise das obras ‘La Monja Alférez’ de Juan Pérez de Montalbán e ‘Historia de la Monja Alférez, Catalina de Erauso, escrita por ella misma’ de Catalina de Erauso. **Revista Feminismos**, v. 1, n. 3, p. 72-87, 2013.

MAIA, Helder Thiago. Transgressões canônicas: queerizando a donzela-guerreira. **Cadernos de literatura comparada**, n. 39, p. 91-108, 2018.

OLIVEIRA, Valdeci. **Figurações da donzela-guerreira nos romances Luzia-Homem e Dona Guidinha do Poço**. 2001. 154f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, 2001.

PEREIRA, Manoel Gomes (org.). **Barão de Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: FUNAG, 2012.

PIMENTA, Alfredo. **A Senhora de Pangim**. Coimbra: Coimbra Editora, 1942.

PIZARRO E ARAUJO, Jozé de Souza Azevedo. **Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das Provincias Annexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil**. Tomo VII. Rio de Janeiro: Typografia de Silva Porto, 1822.

RIO BRANCO, Barão do. Ephemerides Brasileiras. **Jornal do Brasil**, p. 2, 1 set. 1891.

SABINO, Ignez. **Mulheres Ilustres do Brazil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1899.

SALDANHA, Manoel Gabriel. **História de Goa: política e arqueológica**. vol. 1. Goa: Tipografia Rangel, 1898. Versão citada: New Delhi: Asian Educational Services, 1990.

SANTA MARIA, Francisco. **Anno historico, diario portuguez, noticia abreviada de pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal**. Tomo 1. Lisboa: Officina, 1744.

SOUZA SILVA, Joaquim Norberto. D. Maria Úrsula de Abreu Lencastre. **Revista Trimensal de História e Geografia**. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1841.

SOUZA SILVA, Joaquim Norberto. D. Maria Úrsula de Abreu Lencastre. **Ostensor Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 387-388, 1845.

SOUZA SILVA, Joaquim Norberto. Dona Maria Úrsula de Abreu Lencastre. **Revista Popular**. Anno 1 - Tomo 1. Rio de Janeiro: Garnier, 1859.

SOUZA SILVA, Joaquim Norberto. **Brasileiras célebres**. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

TEIXEIRA DE MELLO, José Alexandre. **Ephemerides Nacionaes**. Tomo Segundo (Julho-Dezembro). Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1881.

VILLENEUVE, Henrique de. **Efemérides brasileiras**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Jornal do Brasil, 1892.

Recebido em: 22.05.2021

Aprovado em: 18.01.2022